

MEIOS E AGENTES DE CULTURA NA TERCEIRA
(1525-1556)
Livros, mestres e escolas. Breves apontamentos*

por
Rute Dias Gregório**

O tema que nos propomos introdutoriamente aqui abordar nasce de notas um pouco colaterais, principalmente muito dispersas, reunidas nos últimos anos do nosso trabalho. Registrando minuciosamente os informes da documentação, quantas vezes em mau estado de conservação, de leitura problemática e bastante mais lacunar do que gostaríamos, confrontámo-nos com uma esquecida figura da sociedade terceirense da primeira metade do século XVI: a do professor. Pela importância da temática e raridade dos estudos, tivemos por útil o registo das informações detectadas.

A par da escola episcopal de Angra, naturalmente nascida com a diocese em 1534 e tão pouco conhecida, o agente do saber e da cultura mais presente nos nossos documentos é o referenciado por *mestre de ensinar mocos*¹ ou *mestre que emssina moços*², *mestre de ensinar a ler*³ e

* Tema da comunicação apresentada ao Colóquio “As ilhas na confluência e difusão de culturas”, Praia da Vitória, 24 e 26 de Novembro de 2005.

** Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais, Universidade dos Açores.

¹ Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo [BPARAH]. Judiciais: Auditoria Administrativa de Angra do Heroísmo [AAAH], mc. 146, n.º 4, fl. 14 (1532); mc. 146, n.º 17, fl. 8vº (1542); Paroquiais: Tombo de Santa Cruz da Praia [TSCP], lº 1, fls. 77-82vº (1556).

² BPARAH. Famílias: Cartórios Barcelos e Coelho Borges [BCB], mc. 1, n.º 3 (1533).

³ BPARAH. Monásticos: Tombo do Convento de Jesus da Praia [TCJP], fl. 12vº.

ainda, a outro nível, o *Mestre de gramatica* ou *gramatico*⁴. Ora quem são estes homens, cujos nomes sempre se associam à particular função que exercem?

Em Portugal, de períodos anteriores aos séculos XVI, constam numerosos mestres de ensino de escolas catedrais, monásticas, das colegiadas e paroquiais⁵. De origem bem antiga⁶, estas escolas desempenharam um papel fundamental na difusão das letras aos que se preparavam para ingressar na clerezia. Apesar da orientação eclesiástica patenteada por tais instituições, a formação ministrada não se limitava a conteúdos de teor religioso ou afim, pois a gramática, a lógica, o canto, a música, entre outros, fazia parte do que consistia o currículo de então. Para mais, estas escolas tinham ainda um impacto apreciável sobre o mundo civil, não só porque nem todos os seus estudantes concretizavam os votos, mas também porque algumas delas, e já no século XIII, abriam as respectivas lições aos leigos⁷.

No século XV, as escolas ter-se-ão multiplicado, principalmente as das primeiras letras – muitas paroquiais e outras privadas (o estudo está em boa parte por se fazer⁸) – e, com elas, os professores que lhes estavam

⁴ Respectivamente, BPARAH. Famílias: Cartório dos Condes da Praia [CCP], mç. 2.3.2., fl. 39 (1536); Judiciais: AAAH, mç. 224, n.º 21, fls. 12 e 14 (1556); Confrarias, Irmandades e Misericórdias [CIM]: Tombo do Hospital de Santo Espírito de Angra [THSEA], fls. 203vº-207 (1532)

⁵ P^o. António Domingues de Sousa Costa – *Escolas episcopais e paroquiais*. In Joel Serrão (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, [s.d.] [imp. 1985], vol. II, pp. 419-420.

⁶ Segundo António José Saraiva, é desde o século XII que se assiste à fundação e multiplicação das escolas episcopais e claustrais (cfr., autor citado, *História da cultura em Portugal*. Lisboa: Jornal do Foro, 1950, vol. I, p. 84). Ainda sobre a antiguidade das escolas em território que veio a ser Portugal, nomeadamente na antiga província da Lusitânia do século VII e nos séculos XI e XII, ver P^o. António Domingues de Sousa Costa – *Escolas episcopais e paroquiais...* Ob. Cit., p. 419. Sobre as questões de ensino europeias dos primeiros tempos medievais e do respectivo desenvolvimento nos séculos X e XI, consulte-se Pierre Riché – *Écoles et enseignement dans le Haut Moyen Age. Fin du V^e siècle – milieu du XI^e siècle*. Paris: Picard Editeur, 1989, pp. 137 e ss; Jacques Paul – *Histoire intellectuelle de l'Occident medieval*. 2^a Edição, Paris: Armand Colin, 1998, pp. 95, 117 e ss.

⁷ P^o. António Domingues de Sousa Costa – *Escolas episcopais e paroquiais...*, Ob. Cit., pp. 419-420.

⁸ No quadro do estudo do ensino, das escolas e dos mestres quinhentistas portugueses, salientemos a síntese introdutória de António Nóvoa – *Breve évocation des maîtres d'école au Portugal du XVI^e au XVIII^e siècle*. In *Le temps des professeurs*. Pref. de Daniel Homelin. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987, vol. I, pp. 101 e ss.

associados. A tendência portuguesa, de expansão destes meios e agentes de ensino, acompanhava um amplo movimento europeu Ocidental, no qual emergiam as escolas e os mestres de ensino elementar⁹, ou seja, os mestres de ler, escrever, contar e os mestres de gramática. Este movimento enquadrava-se nas motivações e nos processos sociais de então, que levavam, por exemplo, ao aumento das habilitações dos que exerciam a magistratura, os cargos camarários, mas também as actividades comerciais e que logo se traduziram em Portugal na primeira metade do século XV. Já em 1434 ficava determinado, em Cortes, que os juízes soubessem ler e escrever. Em 1456, no mesmo organismo, a cidade de Évora solicitava autorização para o salário anual de um mestre-escola, esboçando-se aqui um movimento no qual as entidades civis – locais e centrais – tomavam a seu cargo, pelo menos em parte, alguns desses professores para se ocuparem da aprendizagem dos mais jovens¹⁰.

Mas este seria um ensino institucionalizado, que também está documentado na ilha Terceira de quinhentos com a referida escola da Sé. Entre as dignidades episcopais constava o respectivo mestre-escola logo em 1535¹¹ e, em 1538, na mesma função encontrávamos um Simão Dias¹². De qualquer modo, a oferta a este nível – das unidades educativas formais –, na parte de Angra ficava registada já em 1530 e, portanto, em período anterior à constituição da diocese. Nesse ano, o mercador Roque Fernandes registava, por testamento, que nada devia ao jovem que trazia ao seu serviço, por *o ter na escolla*¹³. Não sabemos que tipo de unidade de ensino se tratava, mas afigura-se-nos uma estrutura formalizada e aberta, pelo menos a um certo público. Para mais, outro testamento, também de um mercador, mas da Praia, referencia certa *escolla (...) pera clerigos*¹⁴ que infelizmente não localiza¹⁵. Como

⁹ António José Saraiva – *História da cultura em Portugal...* Ob. Cit., vol. II, p. 184.

¹⁰ O caso dos representantes de Évora, em 1456, que em Cortes solicitam autorização para o salário anual de um mestre que ensinasse as crianças da cidade a ler e escrever; o caso do futuro D. João II que recomenda a contratação de um professor para o mesmo efeito. Cfr. António Nóvoa – *Le temps des professeurs...* Ob. Cit., vol. 1, p. 97.

¹¹ José Guilherme Reis Leite – *A Igreja e a cultura*. In Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques – *Nova História da Expansão Portuguesa. III A colonização atlântica*. Coordenação de Artur Teodoro de Matos. Lisboa: Editorial Estampa, 2005, tomo 1, p. 517.

¹² BPARAH. Monásticos: Tombo de S. Francisco de Angra [TSFA], fls. 56-58vº.

¹³ BPARAH. Judiciais: Provedoria dos Resíduos e Capelas [PRC], fls. 195-197.

¹⁴ BPARAH. Judiciais: AAAH, mç. 267, fls. 1-5vº.

¹⁵ José Guilherme Reis Leite aventa a hipótese de poderem ter existido escolas junto dos conventos franciscanos, anteriores à escola episcopal de Angra. Tanto esta como a Praia

morador no Porto que o dito mercador era, mas com descendentes e bens na ilha, as possibilidades que se abrem são vastas, inclusive de tratar-se da episcopal de Angra. De qualquer modo, a carência de estudos e a patente falta de dados, não nos permite ir mais além na configuração e história deste tipo de instituição de ensino formal, neste período apenas comprovado em Angra. É, pois, já em 1553, que o Rei institui mestres de gramática em todas as vilas açorianas, pelo que oficialmente se esboçava uma primeira rede pública de ensino¹⁶.

Não obstante, pelo número registos e como resultado da aparente raridade das escolas na ilha, fundamentais agentes do ensino e da cultura na Terceira eram os que hoje designaríamos por “professores privados”. Estes surgiam à margem de um sistema estruturado pelas entidades laicas e religiosas, fruto da procura social de uma cultura elementar, dita de primeiras letras, que está bem documentado no século XV europeu¹⁷.

Indivíduos exercendo estas funções na Terceira, tendo por base apenas a documentação manuscrita coeva, detectam-se primeiramente com o *bacharell mestre gylherme francês* que em 1525 se declara pago do ensino de um órfão abonado¹⁸. Localizada a respectiva actividade na ilha, não conseguimos determinar com toda a certeza qual a capitania ou lugar. Não obstante, é na vila Praia que muito particularmente estes homens emergem, entre 1532 e 1556, de seus nomes: Álvaro Afonso (1532)¹⁹, Brás Fernandes (1533 e 1534)²⁰, Gaspar de Contreiras (1535)²¹, Manuel Machado (1539)²², Diogo Vaz (1542)²³, Cristóvão Fernandes (1556)²⁴ e Bartolomeu de *paralles* (falecido em 1556)²⁵. O último – Bartolomeu de

cedo viram erguer-se um convento desta Ordem. Cf. *A Igreja e a cultura*. In Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques – *Nova História da Expansão Portuguesa. III A colonização atlântica...* Ob. Cit., p. 517.

¹⁶ José Guilherme Reis Leite – *A Igreja e a cultura*. In Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques – *Nova História da Expansão Portuguesa. III A colonização atlântica...*, pp. 517-518.

¹⁷ António José Saraiva – *História da cultura em Portugal...* Ob. Cit., vol. II, p. 184.

¹⁸ BPARAH. Judiciais: AAAH, mç. 146, n.º 28, fls. 26-26vº.

¹⁹ BPARAH. Judiciais: AAAH, mç. 146, n.º 4, fl. 14.

²⁰ BPARAH. Famílias: BCB, mç. 1, n.º 3, fl. 4vº; Judiciais: AAAH, mç. 2.3.2., fl. 27vº.

²¹ BPARAH. Judiciais: AAAH, mç. 2.3.2., fl. 30º.

²² BPARAH. Monásticos: TCJP, fl. 12vº.

²³ BPARAH. Judiciais: AAAH, mç. 146, n.º 17, fl. 8vº.

²⁴ BPARAH. Monásticos: TSCP, lº 1, fls. 77-82vº; lº 3, fls. 75vº-79vº.

²⁵ BPARAH. Judiciais: AAAH, mç. 224, n.º 21, fl. 14 e *passim*.

paralles – é dado por *mestre da gramatjqua*²⁶, muito provavelmente público e nomeado no quadro dos alvarás régios de 1553²⁷, tal como *gramatico* também era, agora em Angra e vinte e um anos antes (1532), Gaspar Barbosa²⁸.

O que se sabe destes homens, e de similares por outras terras portuguesas, é que se tratava na maioria dos casos de gente humilde e de poucos recursos financeiros²⁹. Mal pagos, muitos viveriam também recorrendo a outro tipo de expedientes, como a escrita das cartas de iletrados³⁰ ou, como encontrámos documentado, a redacção de testamentos que depois se confirmavam e aprovavam junto do tabelião³¹, entre outros.

No concernente aos respectivos rendimentos, sabemos que eram pagos pelos alunos a quem ministravam o ensino. Dos autos de contas do capitão da Praia Álvaro Martins Homem, 2º do nome, e de seus irmãos, todos menores de idade, são registados alguns pagamentos aplicados na respectiva educação. Pelos anos de 1532 e 1533, o tutor desembolsara ao mestre 20 alqueires de trigo³² (1/3 do moio que era a média para o sustento mínimo de uma pessoa num ano³³). Em 1534 já gastou 400 reais com Gaspar Contreiras, por este ensinar o capitão *a contar e a ler*. Ao mestre de gramática, em 1535, pagou 50 reais e, no ano seguinte (1536), registou o dispêndio de 30 reais com o mestre que então ensinou o referido capitão³⁴.

Deste informes ressalta a respectiva heterogeneidade. Exceptuando a situação particular do ano de 1535 e do mestre Gaspar

²⁶ BPARAH. Judiciais: AAAH, mç. 224, n.º 21, fl. 14.

²⁷ José Guilherme Reis Leite – *A Igreja e a cultura*. In Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques – *Nova História da Expansão Portuguesa. III A colonização atlântica...*, pp. 517-518.

²⁸ BPARAH. CIM: THSEA, fls. 203vº-207.

²⁹ António José Saraiva – *História da cultura em Portugal...* Ob. Cit., vol. II, pp. 161 e 187; António Nóvoa – *Les temps des professeurs...* Ob. Cit., vol. I, pp. 103 e 106.

³⁰ António José Saraiva – *História da cultura em Portugal...* Ob. Cit., vol. II, pp. 161 e 187; António Nóvoa – *Les temps des professeurs...* Ob. Cit., vol. I, p. 30.

³¹ BPARAH. Judiciais: AAAH, mç. 146, n.º 4, fl. 14 (1532).

³² BPARAH. Famílias: CCP, mç. 2.3.2., fl. 28.

³³ Fazemos este cálculo com base no moio de trigo que, em média, pelo juizado dos órfãos se estabelecia para o sustento dos jovens, mas também daqueles que ficavam ao seu serviço. BPARAH. Famílias: CCP, mç. 2.3.3., fls. 48 e 49.

³⁴ BPARAH. Famílias: CCP, mç. 2.3.2., fls. 30vº e 52 vº.

Contreiras, todas as mais quantias eram de facto pequenas e não permitiam, por si só, o sustento anual do mestre. De qualquer modo, é natural que este tivesse mais pupilos e que, no conjunto, os rendimentos auferidos pudessem atingir pelo menos os níveis da subsistência ou até superiores.

Isto é o que se poderá perspectivar no mais documentado e optimista dos exemplos, relativo a uma figura já aqui citada, de seu nome Bartolomeu *de paralles*.

Atrás considerámo-lo como o gramático público da Praia, imposto pelas determinações régias de 1553³⁵. Não só porque dado por *mestre da gramatjqua* da dita vila³⁶, mas também pelo arrolamento de duas dívidas da fazenda régia ao dito gramático, uma relativa ao último quartel do ano de 1555, em trigo e dinheiro e no valor de 3\$500, e outra respeitante ao ano de 1556 – ano da sua morte – no valor de 4\$000. Este rendimento anual, que pelo ano de 1555 se vislumbra pago aos quartéis, prefigurar-se-á a dita incumbência pública. Tanto quanto sabemos, por ministrar o ensino gratuito de até doze clérigos, o salário que estava adstrito a estes gramáticos de criação régia era de 8\$000 e dois moios de trigo³⁷. Mas entre as dívidas concernentes ao ensino ministrado, que seu testamenteiro regista, inscrevem-se ainda as de três alunos, numa quantia total de 2\$520³⁸. Para mais, também haviam sido saldados 360 reais do ensino de outro pupilo, o que faz esta mesma quantia montar a 2\$880. Estes dados vão, do mesmo modo, ao encontro da licença que estes homens tinham para ministrar também um ensino de tipo privado e por ele receber remuneração³⁹.

Mas o mestre gramático continua a prender-nos a atenção. Em primeiro lugar, pelos alunos que lhe são atribuídos: Sebastião, Mateus e os filhos de Simão e de Baltasar Gonçalves⁴⁰. Para mais, ainda emergem, por seu testamento e recebendo legados em livros, três designados por “discípulos”. São eles, João Luís, Francisco Pires e Sebastião Rodrigues⁴¹ que, sendo testemunhas da aprovação do testamento do mestre, se desig-

³⁵ José Guilherme Reis Leite – *A Igreja e a cultura*. In Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques – *Nova História da Expansão Portuguesa. III A colonização atlântica...*, pp. 517-518.

³⁶ BPARAH. Judiciais: AAAH, mç. 224, n.º 21, fl. 14.

³⁷ José Guilherme Reis Leite – *A Igreja e a cultura*. In Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques – *Nova História da Expansão Portuguesa. III A colonização atlântica...*, p. 518.

³⁸ BPARAH. Judiciais: AAAH, mç. 224, n.º 21, fls. 9vº e 10.

³⁹ José Guilherme Reis Leite – *A Igreja e a cultura*. In Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques – *Nova História da Expansão Portuguesa. III A colonização atlântica...*, p. 518.

⁴⁰ BPARAH. Judiciais: AAAH, mç. 224, n.º 21, fls. 9vº, 10 e 11vº.

⁴¹ BPARAH. Judiciais: AAAH, mç. 224, n.º 21, fls. 6vº, 7-7vº,

nam por clérigos de evangelho. Ficavam, pois, bem destrinçados, os dois grupos de alunos a quem ministrava o ensino. No caso dos primeiros, exercia as suas funções a título particular, no caso dos últimos, no quadro de um exercício sustentado pela Coroa.

Para mais, estes dois grupos de estudantes igualmente preconizam níveis distintos de ensino, a que se dedicaria o nosso *gramatjco*. No concernente aos primeiros, tratava-se de uma formação com cariz laico, que podia ou não ser apenas de nível elementar, com a aprendizagem das primeiras letras, com alguns rudimentos de gramática e pouco mais. No segundo caso, já se perspectiva outro modelo, que não deixando também de ser elementar, preparava os estudantes para a vida religiosa e garantidamente se aproximava de uma formação de nível intermédio.

Aliás, em termos gerais, o mestre de Gramática, em estatuto, sobrelevava-se relativamente aos demais mestres de ensinar a ler e escrever. A sua formação ia além do essencial conhecimento das primeiras letras e pressuporia alguns anos de estudo. Por meados do século XVI, existiam pelo menos sete mestres gramáticos em Lisboa que ensinavam os escolares da Universidade, mas também outros estudantes. A todo o custo, aquela instituição universitária procurara controlar a respectiva acção, impondo-lhes princípios de ensino e uma actividade sob sua tutela, se bem que autónoma em termos salariais⁴². Isto mostra-nos como a esfera de acção do mestre de gramática se pode situar num grau de ensino acima do elementar e muito natural seria que o ensino do nosso Bartolomeu de *paralles* fosse exactamente de nível “secundário”.

Mas voltando aos alunos do gramático da Praia e alargando a análise aos demais instruendos detectados, a par de boa percentagem que não conseguimos definir socialmente (embora alguns nomes e pesquisa mais minuciosa possam fazer-nos chegar a outros resultados), registamos os filhos do falecido capitão da Praia, entre eles o actual capitão em título, ainda menor de idade⁴³, detectamos o filho de um procurador⁴⁴, supomos que do concelho, levantamos eventualmente os filhos do mercador Gonçalo Martins Fazenda⁴⁵ e, por fim, salientamos o jovem angrense que estava ao serviço de outro mercador, já citado, Roque Fernandes⁴⁶. As

⁴² António José Saraiva – *História da cultura em Portugal...* Ob. Cit., vol. II, p. 185.

⁴³ BPARAH. Famílias: CCP, mç. 2.3.2., fls. 27vº-28, 30vº, 39 e 52vº.

⁴⁴ BPARAH. Judiciais: AAAH, mç. 224, n.º 21, fl. 9vº.

⁴⁵ BPARAH. Judiciais: AAAH, mç. 267, n.º 2, fls. 1-5vº.

⁴⁶ BPARAH. Judiciais: PRC, fls. 195-197.

conclusões parecem-nos claras: o leque social podia ser relativamente amplo, desde o *moço que esta commigo*, como dizia Roque Fernandes, ao extremo mais elevado da pirâmide social que constituem o capitão da Praia e os seus irmãos.

É claro que não existia uma igualdade social no que toca ao ensino, tal como não a havia noutras dimensões da vida dos homens daquele tempo. De qualquer modo, os grupos médios e alguns mais baixos da sociedade podiam contar com um leque relativamente alargado de gente que conhecia as letras ao nível do essencial. Apercebemo-nos disto até pelo domínio da escrita do próprio nome – aprendizagem das letras mais elementar que naturalmente não significava ser capaz de ler texto corrido, com muita ou pouca fluência –, já que nos duzentos e treze testamentos por nós compilados, os respectivos testadores assinam as cédulas e só não o fazem quando a doença assim impõe. Para mais, os estatutos destes homens que testam são muito divergentes, indo do fidalgo João de Teive e do cavaleiro Álvaro Lopes da Fonseca⁴⁷ ao telheiro Fernão Vaz e ao tecelão Pedro Fernandes⁴⁸. O que já constitui raridade é o facto das testadoras saberem assinar, situação que apenas se regista quando se trata das mulheres dos capitães e pouco mais.

Aliás, também pelo pequeno arrolamento conseguido dos alunos é perfeitamente notada a ausência do género feminino, que era muito mais iletrado do que o masculino. No entanto, isto não significa a total ausência de mulheres que dominassem a escrita com alguma fluência, como é o caso de Lucrecia das Chagas, freira do mosteiro de Jesus da Praia, que em 1539 é dada por *esCriuam da caza*⁴⁹.

Para mais, se a designação de *mestras* não aparece na documentação compulsada para a ilha, a verdade é que conhecemos Simoa Monteiro que, por volta de 1555/1556, toma a seu cargo o ensinar *a ler Escrever e a rezar e a Cozer (...) e todas as mais couzas* a Violante da Silva, filha de João da Silva do Canto⁵⁰. Neste caso, o ensino obedece a critérios bem distintos, já que Simoa Monteiro é, verdadeiramente, uma

⁴⁷ Respectivamente, BPARAH. Paroquiais: TSCP, 1º 1, fls. 86vº-95 ou 1º 3, fls. 83vº-90vº; Judiciais: AAAH, maço 6, nº 19.

⁴⁸ Respectivamente, BPARAH. Paroquiais: TSCP, 1º 1, fls. 77-82vº ou 1º 3, fls. 75vº-79vº; CIM: THSEA, fl. 109-109vº.

⁴⁹ BPARAH. Monásticos: TCJP, fl. 12.

⁵⁰ Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada [BPARPD]. Fundo Ernesto do Canto [FEC]: Manuscritos da Casa de Miguel do Canto e Castro [MCMCC], vol. VIII, n.º 224.

preceptora, uma mentora e o ambiente da aprendizagem situa-se na domesticidade da casa da pupila, casa, aliás, onde a “mestra” reside. Em suma, um tipo de educação que só os mais abonados podiam garantir às filhas, caso assim o entendessem.

Para finalizar, feita que fica uma breve resenha daqueles que as fontes documentam poderem usufruir de alguma formação nas letras e dos meios de concretização possíveis, tentemos ainda levantar o véu quanto aos teores e métodos deste ensino/aprendizagem.

As primeiras letras e os números são os conteúdos que se inferem das expressões associadas ao próprios mestres de ensino, como se disse, com funções ao nível do ler, escrever e contar. Tanto quanto se sabe, no propósito de proporcionar este nível de cultura elementar, desde finais do século XV que proliferaram as chamadas cartinhas como se dizia ao tempo, ou *cartilhas* como acabaram depois por ficar conhecidas⁵¹. A primeira que se regista data primeiros anos do século XVI, se não mesmo de finais do século XV, atribuível ao impressor João Pedro Bonhomini de Cremona⁵². Talvez contemporânea, mas mais conhecida, é a cartinha da autoria de D. Diogo Ortiz de Viegas (bispo de Viseu entre 1505 e 1519) impressa por volta de 1500. Até nós chegou outra cartinha de 1534 e ainda registamos aqui, sem nos preocuparmos com um arrolamento exaustivo, as muito ilustradas de João de Barros (1539) e de D. Frei João Soares⁵³. Estas, designadas por *Cartinha para ensinar a ler, para aprender a ler* ou *para ensinar a ler e escrever*⁵⁴, apresentavam algumas indicações de carácter pedagógico, ao mesmo tempo que materiais didácticos para serem utilizados nas lições⁵⁵. Entre estes destacavam-se as letras do alfabeto associadas a imagens, esquema pelo qual

⁵¹ António Nóvoa – *Les temps des professeurs...* Ob. Cit., vol. I, p. 107; A. H. de Oliveira Marques e João José Alves Dias – *As realidades culturais*. In Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dir.) – *Nova História de Portugal V. Portugal: do Renascimento à crise dinástica*. Coordenação de João José Alves Dias. Lisboa: Editorial Presença, 1998, p. 447-448.

⁵² Isabel Vilares Cepeda – *Uma “cartinha” em língua portuguesa, desconhecida dos bibliógrafos*. In *V Centenário do livro impresso em Portugal, 1487-1987. Actas do Colóquio sobre o livro antigo* (Lisboa, 23-25 de Maio, 1988). Lisboa: Biblioteca Nacional, 1992, pp. 80 e 83.

⁵³ António Nóvoa – *Les temps des professeurs...* Ob. Cit., vol. I, p. 107.

⁵⁴ António José Saraiva – *História da cultura em Portugal...* Ob. Cit., vol. II, p. 184; António Nóvoa – *Les temps de professeurs...* Ob. Cit., p. 107, nt. 41.

⁵⁵ António Nóvoa – *Les temps des professeurs...* Ob. Cit., vol. I, p. 106.

se tentava obstar ao “problema da aprendizagem da leitura pelo processo intuitivo”⁵⁶. Para mais, ainda acresciam textos de carácter religioso, moral e com normas de civilidade, para a prática da leitura⁵⁷.

Não encontrámos referências a este tipo de documentos na ilha Terceira deste tempo, mas levantamos a hipótese de cada mestre possuir material desta natureza, mesmo que produzido por si e até de carácter manuscrito. Tal poderá enquadrar-se nos *Papes (sic) que ho mestre espreue*, do gramático praiense Bartolomeu de *paralles*⁵⁸.

A um nível mais avançado e quanto ao ensino da gramática, sabe-se que consistia na aprendizagem da lógica e da formação gramatical do latim, então considerada “a iniciação em toda e qualquer cultura”⁵⁹. Aliás, a língua latina constituía a segunda mais falada e escrita no país, com tradição recuada no tempo, agora reforçada pelo espírito humanista, e do respectivo domínio podiam depender os mais altos cargos políticos, diplomáticos, académicos e burocráticos⁶⁰.

O nível rudimentar desta gramática também podia ser contemplado no âmbito mais elementar do ensino de então. Não obstante, a aprendizagem da disciplina que se designa por Gramática pressupunha um passo de aprofundamento do estudo das primeiras letras. Aliás, quando contemplamos o conjunto de livros deixado pelo mestre *gramatjquo* da Praia – o referido Bartolomeu de *paralles* –, podemos antecipar o nível da respectiva preparação e formação, ao mesmo tempo que perspectivar a dos seus três principais pupilos – os referidos “discípulos”.

Atentemos primeiramente nos livros arrolados no respectivo inventário e que excluem os legados a outrem por testamento:

⁵⁶ António José Saraiva – *História da cultura em Portugal...* Ob. Cit., vol. II , p. 185.

⁵⁷ António Nóvoa – *Les temps des professeurs...* Ob. Cit., vol. I, pp. 106-107; A. H. de Oliveira Marques e João José Alves Dias – *As realidades culturais*. In Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dir.) – *Nova História de Portugal V. Portugal: do Renascimento à crise dinástica...*, Ob. Cit., p. 448.

⁵⁸ BPARAH. Judiciais: AAAH, mç. 224, n° 21, fl. 6v°.

⁵⁹ António José Saraiva – *História da cultura em Portugal...* Ob. Cit., vol. II , p. 185.

⁶⁰ A. H. de Oliveira Marques e João José Alves Dias – *As realidades culturais*. In Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dir.) – *Nova História de Portugal V. Portugal: do Renascimento à crise dinástica...*, Ob. Cit., p. 452.

QUADRO I
ROL DOS LIVROS DE BARTOLOMEU DE PARALLES,
MESTRE GRAMATJCO DA VILA DA PRAIA (1556)

Qt	Designação	Identificação possível	Avaliação
3	<i>Joanes despautere</i>	Gramática do flamengo Van Pauteren	400 rs
1	<i>donato</i> , de Latim	Edição da conhecida gramática de Donato	—
1	rudimentos de gramática	—	100 rs ⁶¹
1	<i>alfaberto</i> (sic) <i>greguo</i>	—	—
1	<i>arte hebrea</i> (??)	Livro de ensino da língua hebraica (?)	200 rs
3	<i>livrinhos de italiano</i>	—	—
1	Clenardo, <i>arte gregua</i>	Clenardo, <i>Institutiones in linguam graecam</i> (1530) ou <i>Meditationes graecanicae</i> (?)	120 rs
1	Livro, não identificável, de língua latina	—	250 rs
1	<i>tulyo</i>	Obra de (Marco Túlio) Cícero (?), 106 aC. – 46 aC.	180 rs
1	<i>tulyo hofycyes</i>	<i>Dos officios</i> ⁶² , de Cícero (?)	100 rs
1	<i>jullyo sezere</i> , em língua latina	<i>Da guerra civil</i> , de Júlio César (?)	200 rs
1	<i>valleryo maxemo</i>	<i>Factorum e dictorum memorabilium libri IX</i> , único livro conhecido do historiador romano Valério Máximo	100 rs
1	<i>laurencyo</i>	—	200 rs
1	<i>orasyo</i>	Horácio, poeta latino Quinto Horácio Floco, 65 aC. – 8 aC.	60 rs
1	<i>Francysquo campanyo</i> , <i>conquistas vergellyanas</i>	—	40 rs
1	<i>fabullas deyxopo</i> , em Latim e Grego	<i>Fábulas de Esopo</i> , fabulista grego de finais do séc. VII aC./inícios VI aC., conhecido pelo que sobre ele compilou um monge do século XIV	150 rs
1	<i>parafrazys...</i>	—	80 rs
1	<i>adayos</i> de arasmo	<i>Adágios</i> , de Erasmo	120 rs
1	<i>bazyllyo manho greguo</i>	Livro de S. Basílio, doutor da Igreja Grega do século IV (?)	100 rs
1	<i>Horas de nossa senhora</i> , em Latim e Grego	Livro para uso dos fieis, com calendário e officios	150 rs
24	—	—	2 350 rs

⁶¹ Valor conjunto destes três livros, conjuntamente com o “alfabeto grego” e a *Donato*.

⁶² Provavelmente uma edição mais comum e antiga do que o *Des Officiis*, impresso em Lyon, por Seb. Gryphius, em 1555, referenciada em Nicolas Rauch e E. Engelberts – *Livres précieux et autographes des XV^e et XVI^e siècles. Catalogue N.º 2*. Mies (Vaud, Suisse): Nicolas Rauch S. A., 1949, p. 95.

Em primeiro lugar, saliente-se a bibliografia própria para o exercício das suas competências, em que se destacam as gramáticas, entre as quais a de Vau Pauteren e o célebre *donato*. Esta última constituiria então uma gramática latina elementar, resumida da obra de *Iaelius Donatus*, conhecida pelas trezentas e cinquenta e seis edições diferentes ainda anteriores a 1500. No seu formato manuscrito encontramos-a já a reger a análise gramatical e estilística dos autores latinos no século IV, nas escolas dos séculos XI e XII, nas universidades do século XIII⁶³, perdurando nos séculos seguintes. O destaque vai depois para os manuais de ensino/aprendizagem das línguas: latina e grega, essencialmente, mas também a hebraica. Seguem as obras ligadas a outros temas mundanos, da História à poesia, onde se destacam conhecidos autores clássicos: Valério Máximo, Júlio César, aquele que julgamos ser Cícero, confirmadamente Horácio e Esopo. Por fim, espécies mais de cariz religioso, como o livro de *Horas de nossa senhora*, em Latim e Grego. Para mais, sem sermos exaustivos na enumeração nem na análise, não podemos deixar de registar obras de dois humanistas de nomeada, Clenardo e Erasmo.

Em suma, com base no repositório bibliográfico, o mestre de gramática da Praia era, sem dúvida, um homem formado no espírito do Humanismo: pelo estudo dos clássicos e das línguas, notadamente o Grego mas também o Hebraico, a que acresce as obras dos humanistas referidos⁶⁴.

Do mesmo modo, os livros deixados aos discípulos (**Quadro II**) também nos trazem algumas luzes sobre o respectivo ensino. Os de João Luís mostram a formação em Grego e Latim, a par da dos autores clássicos que os comentários de Erasmo no *Adágios* permitiam. Os de Francisco Pires e João Rodrigues veiculavam a formação musical, nomeadamente no órgão, para além da poesia de Virgílio (o mais célebre

⁶³ Jacques Paul – *Histoire intellectuelle de l’Occident médiéval...* Ob. Cit., pp. 40, 122 e 285.

⁶⁴ Sobre o assunto, para Portugal, cf. A. H. de Oliveira Marques e João José Alves Dias – *As realidades culturais*. In Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dir.) – *Nova História de Portugal V. Portugal: do Renascimento à crise dinástica...*, pp. 483-498; António Rosa Mendes – *A vida cultural*. In José Mattoso (dir.) – *História de Portugal. III No alvorecer da modernidade*. Coordenação de Joaquim Romero de Magalhães. Lisboa: Editorial Estampa, [s.d.] [D.L. 1993], pp. 375-383 e *passim*; A propósito das primeiras manifestações europeias “d’un nouvel état d’esprit à l’égard de l’héritage de l’Antiquité”, vide Jacques Paul – *Histoire intellectuelle de l’Occident médiéval...* Ob. Cit., p. 386 e ss.

dos poetas latinos, chamado Públio Virgílio Maro, 70 aC. – 19 aC.), cujo livro coube ao último discípulo. Estava-se aqui, claramente, a um nível de ensino/aprendizagem bem acima do básico.

QUADRO II LIVROS LEGADOS AOS *DESJPOLLOS* (1556)

João Luís	Francisco Pires	Sebastião Rodrigues
<ul style="list-style-type: none"> . Dicionário de Grego . Cadernos de Grego e Latim . Papes (sic) que ho mestre espreue . Arasmo... . Outro livro, não identificado 	<ul style="list-style-type: none"> . Livro de canto d'orgão, encader-nado em purgaminho (sic) . Caderno de canto d'orgão 	<ul style="list-style-type: none"> . Vergilljo hacomentado . Cadernos de canto d'orgão

Outro aspecto marcante do nosso estudo consistiu, igualmente, na presença dos livros, meio de difusão cultural ainda muito restrito, apesar dos avanços significativos conseguidos com a invenção da imprensa no século XV. De qualquer modo, se voltarmos aos nossos duzentos e treze testadores, já referidos, apenas três deles referem possuir livros (1.4%): em 1536 Gonçalo Mendes Rebelo e em 1542 o clérigo da Praia, Pedro Álvares, fora o nosso Bartolomeu de *paralles* com uma biblioteca particular que não se equipara a nenhuma outra conhecida na Terceira e bem apreciável para o seu tempo.

Para finalizar, diríamos que escolas mal conhecidas, mestres de ensinar a ler, mestres de gramática e alguns livros estão, como vimos, suficientemente documentados para nos apercebermos do respectivo papel no âmbito do ensino/aprendizagem e da veiculação do saber, na Terceira da primeira metade do século XVI. Mas tanto estes como outros meios e agentes de cultura dos primórdios da ilha e dos séculos subsequentes aguardam, ainda, quem os faça emergir da obscuridade e os aprofunde com base na documentação coetânea.

